

Etec “PROFA. ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ”

Técnico em Administração

Adriano José dos Santos

Cilene Beatriz de Matos

Daniela Vanucci

Sávio Assis Coelho

Valdemir J. Pereira Junior

Wagner Moura

ONG'S: A CORRENTE DO BEM

Adriano José dos Santos
Cilene Beatriz de Matos
Daniela Vanucci
Sávio Assis Coelho
Valdemir J. Pereira Junior
Wagner Moura

ONG'S: A CORRENTE DO BEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a ETEC "Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz", do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, como requisito para a obtenção do título de Técnico em Administração sob a orientação dos professores Gabriela Messias da Silva e Lucas Rodrigues Prado.

Araraquara
2016

Adriano José dos Santos
Cilene Beatriz de Matos
Daniela Vanucci
Sávio Assis Coelho
Valdemir J. Pereira Junior
Wagner Moura

ONG'S: A CORRENTE DO BEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Etec Profa. Anna de Oliveira Ferraz como exigência parcial para obtenção do título de **Técnico em Administração**.

Aprovado em ____ de _____ de 201____.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Gabriela Messias da Silva

Prof. Avaliador: Lucas Rodrigues Prado

Prof. Avaliador: Luciana Fabiana de Almeida Steinle

Dedicamos esta obra aos nossos familiares em agradecimento por todo o apoio e aos nossos professores por toda a orientação prestada.

AGRADECIMENTO

A Deus em primeiro lugar e aos nossos familiares e amigos de sala.

Aos Professores Gabriela Messias da Silva e Lucas Rodrigues Prado que se mantiveram sempre presentes na elaboração e desenvolvimento de nosso Trabalho.

À Etec Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz, por tornar possível a conclusão deste trabalho e a todos demais que contribuíram para a construção do nosso TCC.

Como você lida com o fracasso determina parte de seu sucesso como líder, não apenas em sua própria vida, mas também nas vidas das pessoas à sua volta.

KIM CLARK

RESUMO

Nosso trabalho trata-se de um estudo de caso onde engloba a importância da responsabilidade social. Através do surgimento de ONGS no Brasil que dão apoio e amparo a milhares de pessoas que dependem desse serviço tão essencial hoje. Através de um estudo de caso desenvolvido em parceria com a ONG LAR CAPAZ e de revisão em literaturas ligadas aos assuntos este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreendermos a importância das ONG'S na construção de uma sociedade mais justa. Trataremos de expor os diversos tipos de responsabilidade empresarial, ambiental e corporativa na construção dos direitos de todos, buscando através do compromisso as certificações socioambientais geradas pelos órgãos contribuintes. Focaremos também como surgiu a ONG LAR CAPAZ e de que maneira ela trabalha para o bem-estar dos jovens amparados por ela e quais tipos de apoios governamentais ela recebe e também veremos as vantagens e desvantagens na administração e o importante papel do voluntariado na ONG.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, ONGS, Voluntariado.

ABSTRACT

Our work is about a case study that encompasses the importance of social responsibility. Through the emergence of NGOs in Brazil that provide support and support to thousands of people who depend on this essential service today. Through a case study developed in partnership with the NGO LAR CAPAZ and a review of literature related to the subjects, this work was developed with the aim of understanding the importance of NGOs in the construction of a more just society. We will try to expose the various types of corporate, environmental and corporate responsibility in the construction of the rights of all, seeking through the commitment the social and environmental certifications generated by the contributing agencies. We will also focus on how the LAR CAPAZ NGO came about and how it works for the wellbeing of the young people supported by it and what kind of government support it receives and we will also see the advantages and disadvantages of NGO management.

Keywords: Social responsibility, NGO, Volunteering.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONCEITOS	11
1.1 Responsabilidade social corporativa.....	12
1.2 Responsabilidade social empresarial	12
1.3 Responsabilidade social e ambiental	12
1.4 Críticas em relação ao papel das empresas na responsabilidade social	13
1.5 Certificações socioambientais	13
2 O SURGIMENTO DAS ONG'S	16
3 CONCEITO DAS VANTAGENS GOVERNAMENTAIS	18
4 CONCEITO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	21
5 TRABALHO VOLUNTÁRIO EM ONG'S	22
6 ESTUDO DE CASO.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	32
ANEXOS.....	33

INTRODUÇÃO

Durante mais de três séculos a filantropia foi desenvolvida no Brasil sob a lógica da prática assistencialista, com predomínio da caridade cristã. Ricos filantropos sustentavam os educandários, os hospitais, as santas casas, os asilos e demais organizações que foram fundadas a partir do século XVIII. Foi somente no final do século XIX e início do XX que as instituições de assistência e amparo à população carente passaram por mudanças na sua forma de organização e administração, deixando de ser fundamentalmente orientadas por princípios de caridade cristã e da filantropia. (MCKINSEY & COMPANY, 2001, p. 13).

Durante os estudos, é relatado a luta das ONGs que nasceram no período de um governo autoritário, onde a realidade da sociedade era marcada por falta de participação. Diante dessa situação essas organizações embora não reconhecidas, começavam a construir sua trajetória e já com seus objetivos definidos, conseguir um espaço para ajudar os grupos menos favorecidos da sociedade em busca da melhoria da qualidade de vida. Esse governo então, convivia com a mobilização de uma nova sociedade civil, com muitos movimentos em busca de seu espaço, com iniciativas comprometidas com a reconstrução da vida social após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento as ONGs tendem a se confundir com esses movimentos, mas é a partir daí que começa a luta pela conquista de sua identidade. A solidariedade social e a política são necessárias para construir a sociedade menos feia e menos arestos, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática, uma prática de real importância. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

Com o passar do tempo, começaram a ser criadas várias instituições sem fins lucrativos com o objetivo suprir a necessidade de atendimento as crianças e adolescentes. Mas quais são os reais motivos para as ONGs surgirem? Existe alguma vantagem governamental para estas instituições? Quais são os desafios que elas enfrentam? Qual o papel do voluntário neste contexto?

A presente pesquisa tem como objetivo abordar o trabalho das ONGs - Organizações Não-Governamentais, em seus aspectos social, cultural e educacional. Buscamos resgatar a trajetória dessas instituições que enfrentaram muitos desafios para conquistarem seus objetivos, que era em defesa de uma população pobre, que não tinha acesso aos seus direitos.

Este trabalho será construído e as questões antes levantadas poderão ser respondidas através de um estudo de caso desenvolvido em parceria com a ONG LAR CAPAZ e de revisão em literaturas ligadas ao assunto.

Identities se reconstroem no processo histórico pelas relações que se estabelecem, pela dinâmica social, por objetivos em comum e também por conflitos e diferenças, em conjunturas determinadas. Identidades são afirmativas, datadas e marcadas pelas relações, pelo tempo e pelo espaço.

A ONG busca ajudar os que são excluídos da escola e que não conseguem aprender, os excluídos do mercado de trabalho que não tem capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler escrever e contar, e os excluídos, finalmente, do exercício da cidadania porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa.

1 CONCEITOS

Responsabilidade social é quando as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

O conceito de responsabilidade social pode ser compreendido em dois níveis: o nível interno relaciona-se com os trabalhadores e, a todas as partes afetadas pela empresa e que, podem influenciar no alcance de seus resultados. O nível externo são as consequências das ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos.

A responsabilidade social implica a noção de que uma empresa não tem apenas o objetivo de fazer lucro e além de trazer benefício financeiro às pessoas que trabalham na empresa, também deve contribuir socialmente para o seu meio envolvente. Desta forma, a responsabilidade social muitas vezes envolve medidas que trazem cultura e boas condições para a sociedade.

Existem diversos fatores que originaram o conceito de responsabilidade social, em um contexto da globalização e das mudanças nas indústrias, surgiram novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores em relação as organizações. Os indivíduos e as instituições, como consumidores e investidores, começaram a condenar os danos causados ao ambiente pelas atividades econômicas e também a pressionar as empresas para a observância de requisitos ambientais e exigindo à entidades reguladoras, legislativas e governamentais a produção de quadros legais apropriados e a vigilância da sua aplicação.

Os primeiros estudos que tratam da responsabilidade social tiveram início nos Estados Unidos, na década de 50, e na Europa, nos anos 60. As primeiras manifestações sobre este tema surgiram em 1906, porém essas não receberam apoio, pois foram consideradas de cunho socialista, e foi somente em 1953, nos Estados Unidos, que o tema recebeu atenção e ganhou espaço. Na década de 70, começaram a surgir associações de profissionais interessados em estudar o tema, e somente a partir daí a responsabilidade social deixou de ser uma simples curiosidade e se transformou em um novo campo de estudo.

1.1 Responsabilidade social corporativa

Existe também a responsabilidade social corporativa, que é o conjunto de ações que beneficiam a sociedade e as corporações que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, educação, meio-ambiente, saúde, transporte, moradia, atividade locais e governo.

Geralmente, as organizações criam programas sociais, o que acaba gerando benefícios mútuos entre a empresa e a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, da própria população e do meio em que estão inseridas.

1.2 Responsabilidade social empresarial

Responsabilidade social empresarial está intimamente ligada a uma gestão ética e transparente que a organização deve ter com suas partes interessadas, para minimizar seus impactos negativos no meio ambiente e na comunidade. As empresas de hoje em dia têm cada vez mais uma consciência social, o que é traduzido pela responsabilidade social demonstrada.

1.3 Responsabilidade social e ambiental

A responsabilidade social está intimamente relacionada com práticas de preservação do meio ambiente. Assim, uma empresa responsável a nível social deve ser conhecida pela criação de políticas responsáveis a nível ambiental, tendo como um dos seus principais objetivos a sua sustentabilidade.

1.4 Críticas em relação ao papel das empresas na responsabilidade social

É importante frisar que o conceito não deve ser confundido com filantropia ou simples assistência social. Aqui, como na lógica “é melhor ensinar a pescar, do que dar o peixe”, entende-se responsabilidade social como um processo contínuo e de melhoria da empresa na sua relação com seus funcionários, comunidades e parceiros. Não há viés assistencialista uma vez que há uma lógica embutida de desenvolvimento sustentável e crescimento responsável. A maior parte das empresas que adotam postura socialmente responsáveis auferem um crescimento mais sustentável, ganhos de imagem e visibilidade e são menos propícias a litígios ou problemas judiciais.

Apesar disso, não são poucos os críticos ou céticos desse movimento, que ganhou força principalmente nos anos 70 e 80 após uma série de escândalos de imagem e uma sucessão de problemas corporativos num ambiente de capitalismo predatório e desumanizado. Um dos maiores críticos a esse engajamento crescente das empresas em causas sociais foi o economista Milton Friedman o qual sempre defendeu que o propósito de qualquer empresa é a “maximização do lucro” e geração de empregos, não devendo portanto substituir atribuições do Estado. Se é bem verdade que o conceito foi excessivamente explorado em campanhas publicitárias ou em projetos de questionável impacto social, é fato que as empresas ainda necessitam aprimorar sua relação com a sociedade de maneira a promover um desenvolvimento baseado na ideia do “triple bottom line”, ou seja, calcado em um tripé que envolve o meio ambiente, a economia e o social.

1.5 Certificações socioambientais

No intuito de estimular a responsabilidade social empresarial, uma série de instrumentos de certificação foi criada nos últimos anos. O apelo relacionado a esses selos ou certificados é de fácil compreensão. Num mundo cada vez mais

competitivo, empresas vêm vantagens comparativas em adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial. A pressão por produtos e serviços socialmente corretos faz com que empresas adotem processos de reformulação interna para se adequarem às normas impostas pelas entidades certificadoras. Entre algumas das certificações mais cobiçadas atualmente enumeramos as seguintes:

Selo Empresa Amiga da Criança:

Selo criado pela Fundação Abrinq para empresas que não utilizem mão de obra infantil e contribuam para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes.

ISO 14000:

O ISO 14000 é apenas mais uma das certificações criadas pela International Organization for Standardization (ISO). O ISO 14000, parente do ISO 9000, dá destaque às ações ambientais da empresa merecedora da certificação.

AA1000:

O AA1000 foi criada em 1996 pelo Institute of Social and Ethical Accountability. Esta certificação de cunho social enfoca principalmente a relação da empresa com seus diversos parceiros, ou “stakeholders”. Uma de suas principais características é o caráter evolutivo já que é uma avaliação regular (anual).

SA8000:

A “Social Accountability 8000” é uma das normas internacionais mais conhecidas. Criada em 1997 pelo Council on Economic Priorities Accreditation Agency (CEPAA), o SA8000 enfoca, primordialmente, relações trabalhistas e visa assegurar que não existam ações antissociais ao longo da cadeia produtiva, como trabalho infantil, trabalho escravo ou discriminação.

ABNT-ISO 26000:

No dia 1º de novembro de 2010, foi publicada a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento foi em Genebra, Suíça. No Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010, a versão em português da norma, a ABNT NBR ISO 26000, foi lançada em São Paulo. A norma é de grande utilidade a

empresas interessadas em adotar programas de RSE uma vez que oferece orientações relacionadas a sete princípios norteadores de responsabilidade social:

1. “Accountability”: Ato de responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, prestando contas aos órgãos de governança e demais partes interessadas declarando os seus erros e as medidas cabíveis para remediá-los.
2. Transparência: Fornecer às partes interessadas de forma acessível, clara, compreensível e em prazos adequados todas as informações sobre os fatos que possam afetá-las.
3. Comportamento ético: Agir de modo aceito como correto pela sociedade – com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza – e de forma consistente com as normas internacionais de comportamento.
4. Respeito pelos interesses das partes interessadas (stakeholders): Ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham um interesse nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados.
5. Respeito pelo Estado de Direito: O ponto de partida mínimo da responsabilidade social é cumprir integralmente as leis do local onde está operando.
6. Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento: Adotar prescrições de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não haja obrigação legal.
7. Direito aos humanos: Reconhecer a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que requerem.

2 O SURGIMENTO DAS ONG'S

O termo ONG foi usado pela primeira vez em 1950 pela ONU (Organização das nações Unidas) para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo. Elas são definidas como instituições privadas públicas, sem fins lucrativos e que tem como missão a resolução de algum problema da sociedade, seja ele econômico, racial, ambiental, grupos de proteção a mulher, tratamentos de dependentes químicos ou ainda a reivindicação de direitos e melhorias e fiscalização do poder publico.

Também chamado terceiro setor, as organizações sem fins lucrativos são particulares ou públicas, desde que não tenham como principal objetivo a geração de lucros e que se houver geração de lucros, estes sejam destinados para o fim a que se dedica a organização não podendo este ser repassado aos proprietários ou diretores da organização, com fortalecimento do terceiro setor demonstra um aumento do comprometimento da sociedade para com a cidadania, formando um ser humano consciente de suas responsabilidades como cidadão global, promovendo trabalhos de interesse publico.

No Brasil as ONGs ganham força a partir do processo de redemocratização política que se deu após o período da ditadura militar, para apoiar movimentos populares de promoção e luta pela democracia política e social.

Muitas delas surgiram para suprir a ausência do estado em alguns serviços, tal como elaborar, monitorar e avaliar projetos de cunho sociais. O projetos desenvolvidos pelas ONGs são financiados pelas próprias organizações por meio de doação dos sócios, as ONGs também faz parcerias com as empresas privadas, essas investem dinheiro nos projetos e recebem o que investiram em descontos de impostos.

Nos dias atuais qualquer pessoa pode abrir uma ONG, basta que se elabore um projeto com suas verdadeiras funções, que atenda os requisitos mínimos de uma empresa sem fins lucrativos, ter uma finalidade, possuir um número mínimo de sócios e possuir obrigatoriamente um conselho diretor e um conselho fiscal. Se faz necessário o auxílio de um escritório de contabilidade.

Para se abrir uma ONG, deve existir uma Ata de Constituição escrita por uma assembleia de membros ou sócios. O estatuto aprovado na assembleia e assinado por um advogado e o registro desses documentos em cartório, inclusive dos membros dos conselhos, devem seguir para a Receita Federal, onde o fundador da ONG receberá o CNPJ.

3 CONCEITO DAS VANTAGENS GOVERNAMENTAIS

As ONG's são organizações do terceiro setor, são entidades de interesse social e apresentam como características em comum a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais.

As Organizações da sociedade civil de interesse públicos (OSCIPs) é regulamentada pela lei 9.790 de 23 de março de 1999 e trata do interesse social cujo seu objetivo é atender as normas e os requisitos da lei.

O poder publico possui o encargo junto com a sociedade civil de fiscalizar o fluxo de recursos destinados as atividades das Ongs. através de parcerias. E essas instituições por sua vez terá que prestar contas desses recursos por elas recebido.

Por se tratar de uma ONG e não ter fins lucrativos, A instituição possui certas vantagens tributárias que podem ser divididas em 2 campos as que são imune e as que somente podem gozar de isenções.

As em relação a imunidade fiscal (IRPJ) são destinadas às entidades sociais e educativas nos termos previsto pela lei 9.532/97 que diz:

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 2º. Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quais quer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

§ 3º. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente

superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (NR) (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, DOU 28.11.1998).

Art. 13. Sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei, a Secretaria da Receita Federal suspenderá o gozo da imunidade a que se refere o artigo anterior, relativamente aos anos calendários em que a pessoa jurídica houver praticado ou, por qualquer forma, houver contribuído para a prática de ato que constitua infração a dispositivo da legislação tributária, especialmente no caso de informar ou declarar falsamente, omitir ou simular o recebimento de doações em bens ou em dinheiro, ou de qualquer forma cooperar para que terceiro sonegue tributos ou pratique ilícitos fiscais. (BRASIL, 1997).

Já em relação as que recebem isenção de imposto de renda, da Contribuição ao Fundo de Investimento Social (Cofins) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido

- Podem remunerar seus dirigentes e prestadores de serviços, que gozam de isenção de imposto de renda

- Podem firmar termos de parceria com o Estado, não sujeitos à Lei de Licitações

Segundo a Lei 9.532/1997 assim dispôs sobre a isenção do Imposto de Renda para as entidades:

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloque à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

§ 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

§ 2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável. (Brasil, 1997)

Tais benefícios e incentivos fiscais têm atraído profissionais bem-intencionados de todas as partes a criarem organizações não governamentais tendo como fim o bem social.

Já que o Terceiro Setor não é nem público e nem privado, é uma lacuna institucional que abriga entidades privadas com finalidade pública, onde tal atuação é realizada através de produção de bens e prestação de serviços, seja através de investimento próprio ou social. Mais o importante mesmo; além do incentivo do Estado com benefícios para aqueles que pretendem suprir as necessidades da

sociedade, intencionados em uma atuação social. É o bem e a motivação que causa aos indivíduos que se beneficiam destes programas sociais! Muitos hoje se tornaram bem-sucedidos através da oportunidade que as ONGS trouxeram em suas vidas. Seja de maneira educacional ou através dos cursos profissionalizantes ou até de aulas esportivas. Independente da realização de tal atividade, a certeza é que só tem a contribuir positivamente na vida dos beneficiados com os projetos desenvolvidos nas ONG's.

4 CONCEITO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS

Prós:

- Suprime as falhas do governo com relação à assistência e resolução dos problemas sociais, ambientais e até mesmo econômico.
- Desperta o civismo e a cooperação social nos seus participantes. Constituindo uma forte ferramenta de mobilização social, as organizações da sociedade civil contribuem para a manutenção da democracia uma vez que possibilita a manifestação dos interesses das minorias.

Contras:

- Inclui dificuldades de várias ordens, como identificar fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes, captar recursos e gerir as organizações e seus projetos.
- Elas enfrentam críticas sobre o papel que ocupam na economia e na sociedade, sua relação com o governo e as empresas, seu raio de atuação – isso sem mencionar a questão de apropriação indevida das relações institucionais e dos recursos. "É preciso avaliar com cuidado as questões envolvendo ONGs, pois esse universo é bastante diverso e complexo.
- Nem sempre com os ideários sociais tão bem consolidados, pois, algumas OSCIPs atuam com sua atividade principal mascarada, como se fora um fim assistencial, quando em verdade o maior objetivo é apenas e tão somente o lucro, eis o que pode ser tratada como ONG do mal.

5 TRABALHO VOLUNTARIO EM ONGS

No início do século XX, por conta das epidemias e de diversas doenças que acometiam a população mais carente, começa a surgir o trabalho voluntário realizado grande parte das vezes por damas da sociedade, ligadas a igreja católica. Mas aos poucos esse trabalho foi ganhando novas formas, deixando de ser voltado exclusivamente ao assistencialismo. Dai para frente, começou a surgir ações voltadas ao desenvolvimento da cidadania, com a realização de trabalhos de caráter educativo, de cultura e de lazer.

Porém só nos anos 90 o voluntariado se consolidou, notadamente graças ao incentivo de medidas governamentais e de incitativas privadas. Houve uma grande expansão desse trabalho, com a mobilização da sociedade que passou a dedicar tempo, trabalho e talento de forma espontânea em prol dos necessitados e menos favorecidos, objetivando uma vida mais digna a milhares de pessoas.

Mas não se pode confundir trabalho voluntário com obra de caridade, pois na caridade há a simples doação, sem nada em troca. É puro assistencialismo. No trabalho voluntário há a doação de um trabalho que necessita ser feito, cujo resultado representa uma troca de satisfação interior, manifestada pelo amor ao próximo. Por outro lado, há que se registrar o aumento da experiência profissional do voluntário: trabalho em equipe, integração, flexibilidade, visão de futuro, otimismo e outras importantes nuances que podem ser vividas e aplicadas no desenvolvimento pessoal e profissional, segundo Corrullón e Medeiros filho (2002).

E graças aos voluntários que se dedicam para que os resultados sejam alcançados, que o terceiro setor vem se mantendo sustentável, até então, mesmo com todas as dificuldades enfrentada ao passar dos anos. Principalmente nas ONGs de pequeno porte por não conhecerem ou por não terem estrutura suficiente para buscar parcerias com o Estado, grandes empresas ou agências financiadoras do próprio terceiro setor, buscam sua sustentabilidade por meio dos seus voluntários. Estes voluntários, além de serem fundamentais na consolidação da filosofia e divulgação dos objetivos das pequenas ONGs, na maioria das vezes, são a fonte de recursos financeiros e humanos dessas instituições. Neste sentido, Camargos (2008), nos mostra que para conquistar sustentabilidade o terceiro setor deve buscar

parcerias com todos os setores da sociedade e principalmente com as pessoas físicas.

E todas ONGs sejam de pequeno ou grande porte devem consolidar a sua trajetória se baseando na força de seus voluntários não só como mão de obra.

Quando os organismos de serviço social utilizam voluntários, não se trata apenas de trazer mais mão de obra, mas também de reforçar o senso de responsabilidade que todos nós devemos ter para com os outros, pois é importante para nossa democracia a preocupação com os deveres tanto quanto pelos direitos. (COHEN, 1964, 40)

Poucas pessoas, de fato, dão a devida credibilidade a esse tipo de trabalho, entretanto, quem já participou de uma atividade como essa sabe o quanto é gratificante. Pois além de gerar benefícios pessoais, este é o tipo de ação que pode contribuir para o crescimento profissional. Mas apesar de tudo os verdadeiros beneficiados são aqueles que recebem esse tipo de ação, por isso não deixe de ajudar, pois não há forma melhor de fazer bem a si mesmo, do que fazendo o bem a outras pessoas.

6 ESTUDO DE CASO

Para a realização deste trabalho foi realizado em primeira mão uma pesquisa bibliográfica, também conhecida como de fontes secundárias, é um levantamento de dados da qual se utiliza, livros publicados, revistas, imprensa escrita, jornais e outros meios de comunicação, com o propósito de manter o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto.

Ainda sobre pesquisa bibliográfica, Gil (1991) afirma ser um tipo de pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora, na maioria dos estudos, seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, existem pesquisas desenvolvidas, exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas.

O estudo abordou, também, o aspecto empírico a respeito da estruturação e organização das ONGs, usando para tal, a pesquisa de caráter exploratório e qualitativo. De acordo com Gil (1991, p. 45), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Pode-se afirmar que, esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Sobre o caráter qualitativo da pesquisa, Mazzotti (1998, p. 147), afirma que: ao contrário do que ocorrem com as pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto.

De modo a atender os objetivos propostos no trabalho, foi realizado um estudo de caso.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados. (GIL, 1991, p. 58).

Foram utilizadas como instrumentos de pesquisa, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 107), “entrevista é a conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”. Já Pádua (2008, p. 70), ressalta que, “na entrevista semiestruturada”, o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

E tal entrevista foi realizada no dia 22 de setembro de 2016 em Araraquara na ONG Lar Capaz com o fundador e diretor João Battaus Netto. Onde foram realizadas as perguntas a seguir com suas respectivas respostas:

Qual foi a principal ideia que o motivou a abrir a instituição?

Atender crianças e adolescentes em sinais de risco.

Qual a faixa etária das crianças e adolescentes acolhidas no decorrer dessa experiência?

10 aos 17 anos.

Como funciona o processo para acolhimento das crianças e adolescentes?

O juiz é quem determina. Só com sua decisão podemos acolher. Se algum jovem aparece na nossa porta pedindo abrigo, é lógico que o acolheremos, mas dentro de 24 horas tenho que procurar o juiz e aguardar a sua decisão.

Quais as principais dificuldades?

Lidar com o lado emocional. Suprir parte da ausência do pai e da mãe é difícil, pra não dizer impossível. As vezes o lado financeiro também não ajuda, pois dependemos muito de doações e voluntários, ou seja, pessoas dispostas a ajudar.

É realizado algum programa/benefício com os jovens?

Tem suporte médico, convênio com o SESC ARARAQUARA, aula de artes marciais, esportes, enfim, pessoas se mobilizam para fazer atividades com eles.

Qual o critério utilizado pelo senhor para receber voluntários?

A única coisa que precisa para ser voluntário é ter a boa vontade de nos procurar.

Quantas crianças vivem no lar?

No momento estamos cuidando de 4 meninos.

Qual a idade deles?

11 a 15 anos.

Quantos funcionários compõem o lar, e quais as suas respectivas funções?

Temos um assistente social, uma psicóloga, um coordenador administrativo, um caseiro, um motorista e duas cuidadoras.

Estes foram assuntos abordados ao longo deste estudo para transmitir uma melhor apresentação sobre o tema. Dessa forma pode ser dito que as ONG's surgem com o intuito de suprir uma necessidade que a sociedade mais carente tem, e que o governo não consegue tomar as devidas providências para solucionar, buscando assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos. E elas não são definidas como instituições privadas ou públicas, e não visa a geração de fins lucrativos e tem como missão a resolução de algum problema da sociedade, seja ele econômico, racial, ambiental, grupos de proteção a mulher, tratamentos de dependentes químicos ou ainda a reivindicação de direitos, melhorias e fiscalização do poder público. Porém para que elas consigam desenvolver seu trabalho de apoio perante a sociedade, elas tem que enfrentar grandes desafios pela frente, que inclui dificuldades de várias ordens, como identificar fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes, captar recursos e gerir as organizações e seus projetos. E no caso da ONG lar capaz onde foi realizado o estudo, tem dificuldades também em lidar com o lado emocional das crianças e adolescentes. Pois suprir parte da ausência do pai e da mãe é difícil, para não dizer impossível.

E nesse contexto o voluntário tem papel fundamental pois graças a sua dedicação para que os resultados sejam alcançados, que o terceiro setor vem se mantendo sustentável, até então, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas ao passar dos anos. Principalmente nas ONGs de pequeno porte por não conhecerem ou por não terem estrutura suficiente para buscar parcerias com o Estado, grandes empresas ou agências financiadoras do próprio terceiro setor, buscam sua sustentabilidade por

meio dos seus voluntários. Estes voluntários, além de serem fundamentais na consolidação da filosofia e divulgação dos objetivos das pequenas ONGs, na maioria das vezes, são a fonte de recursos financeiros e humanos dessas instituições.

Por outro lado, o governo dá certas vantagens tributárias para essas ONGS que podem ser divididas em 2 campos as que são imunes e as que somente podem gozar de isenções. As em relação a imunidade fiscal (IRPJ) são destinadas às entidades sociais e educativas nos termos previsto pela lei 9.532/97 que diz: Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Já em relação as que recebem isenção de imposto de renda, da Contribuição ao Fundo de Investimento Social (Cofins) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido podem remunerar seus dirigentes e prestadores de serviços, que gozam de isenção de imposto de renda podem firmar termos de parceria com o Estado, não sujeitos à Lei de Licitações Segundo a Lei 9.532/1997 assim dispôs sobre a isenção do Imposto de Renda para as entidades: Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloque à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. § 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado disposto no parágrafo subsequente. § 2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável. Tais benefícios e incentivos fiscais têm atraído profissionais bem-intencionados de todas as partes a criarem organizações não governamentais tendo como fim o bem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se com base estudos qualitativo realizado na ONG Lar Capaz (Lar Caminho e Paz), que é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem como fontes de sustentabilidade a colaboração de amigos e voluntários dispostos a ajudar, e como principal renda para se manter conta com a destinação do imposto de renda, que gera cerca de 70% da renda anual, que tem por objetivo suprir a necessidade de atendimento às crianças e adolescentes que necessitam receber atendimento em regime de abrigo, visando à reinserção familiar e social, quando possível, além de oferecer ao abrigado a oportunidade de desenvolvimento da cidadania, crescimento pessoal e busca da autonomia, assim como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Destinando-se a atender as inúmeras hipóteses que permitem caracterizar os jovens como inseridos numa situação de risco tais como: orfandade, maus tratos, destituição ou suspensão de pátrio poder, abandono, em situação de rua, etc.

E na tentativa de reverter esse quadro, o projeto visa oferecer às crianças e jovens oportunidades concretas, respeitando-o como sujeito de sua própria história. Para tanto, a equipe de trabalho é composta por assistente social, psicólogos e auxiliares, profissionais que estarão voltados a desenvolver uma ação educativa que vise dar qualidade aqueles encaminhamentos: qualidade do respeito à liberdade, a dignidade e demais direitos e garantias fundamentais destes cidadãos menores de dezoito anos. O Lar adota o modelo de “mãe social”, já vigente em entidades similares, em que cada casa tenha uma pessoa responsável pela organização do ambiente e orientação das crianças e adolescentes residentes.

A instituição pretende através de tratamento humanitário e afetivo, o estabelecimento de um vínculo entre educadores e adolescentes, de maneira que os profissionais possam propiciar aos jovens auxílio efetivo para que eles consigam construir um novo projeto de vida, inquirindo-os a respeito de seus sonhos e ideais, dando-lhes oportunidade para o usufruto de direitos específicos aos cidadãos menores de dezoito anos: acesso à educação, lazer, assistência médica, moradia, documentação básica, proteção, segurança, bem-estar físico, afetivo e psicológico,

além de buscar, segundo a aptidão individual, conferir experiência profissional segundo a disciplina legal traçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Concluimos que as ONG'S surgem com o intuito de buscar uma sociedade mais justa e igualitária para todos, agindo em cima de determinada necessidade ou carência quais o governo não consegue solucionar ou adquirir as providências cabíveis.

O Lar Capaz, neste caso, abriga atualmente sete adolescentes, sendo que comporta até doze. Desde a inauguração estamos experimentando elevado custo mensal, que vem atingindo o montante de R\$11.000,00, vertidos no custeio de salários de duas “mães-sociais”, INSS, psicóloga, assistente, social, caseiro, além é claro, da alimentação e manutenção básica. A captação atual com doações é de aproximadamente R\$5.500,00/mês, por isso, não é exagero dizer que a casa nasceu deficitária.

Há a possibilidade de se destinar 6% (seis por cento) do imposto de renda devido, até o último dia de expediente bancário, ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme art. 260, II da Lei 8.069/90 (ECA); e art. 12 I, Lei 9.250/95.

Além de poder contribuir com parte da restituição do imposto de renda existem várias outras maneiras de apoiar essa causa tão importante. Sejam através de seus serviços voluntariados, doações de mantimentos, roupas e até produtos de limpeza descobrimos também que no lar CAPAZ o interessado pode adotar uma criança no fim de semana para levá-la a passeios e desfrutar de sua companhia. Mas, o que vale ressaltar é que todos possuem condições de ajudar de alguma forma, só basta ter a iniciativa de ir e servir aqueles que mais precisam.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ana Carla Marques. **Os benefícios do terceiro setor**. 2010.
Disponível em: <<http://marsaioli.adv.br/novidades-ver/os-beneficios-do-terceiro-setor>>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1997.
Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/imunidadesisencoes.htm>>

COHEN, Nathan E. **O papel do voluntário na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FARIA, Caroline. **ONG's – Organizações não governamentais**. 2016.

MCKINSEY & COMPANY. **Organizações civis sem fins lucrativos**. 2001.
Disponível em <<http://www.wooz.org.br/setor3monografia6.htm>> Acesso em 18 out. 2016.

SILVA, Maria Erondina Silveira. **As organizações não governamentais promotoras de desenvolvimento rural sustentável**. 2016.6

Apêndice A – Termo de Autorização para Coleta de Dados



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Ilmo. Sr(a).
 Nome da pessoa
 Cargo
 Nome da instituição

Nós, alunos abaixo assinados, regularmente matriculados no curso **Técnico em Administração**, solicitamos a V. Sa. a autorização para coleta de dados nessa instituição, com a finalidade de realizar a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso com o título “**(colocar no nome do TCC)**”, sob orientação da Profª **Gabriela Messias da Silva** e do Profº **Lucas Rodrigues Prado** que será apresentado na **Etec “Profª Anna de Oliveira Ferraz”**. A coleta de dados ocorrerá mediante a utilização (descrever instrumento, local e público alvo). Igualmente, assumo o compromisso de utilizar os dados obtidos somente para fins científicos, bem como de disponibilizar os resultados obtidos para esta instituição. Agradecemos antecipadamente e esperamos contar com a sua colaboração.

Araraquara, 22 de setembro de 2016.

Nome	RG	Assinatura

Anexo A – Termo de Autorização de Divulgação



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Nós, alunos abaixo assinados, regularmente matriculados no curso **Técnico em Administração**, na qualidade de titulares dos direitos morais e patrimoniais de autores do texto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso com o título “**ONG’S: A CORRENTE DO BEM**” apresentado na **ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”**, autorizamos o Centro Paula Souza a reproduzir integral ou parcialmente o trabalho escrito e/ou disponibilizá-lo em ambientes virtuais.

Araraquara, 23 de novembro de 2016.

Nome	RG	Assinatura
Adriano José dos Santos	46340968-1	
Cilene Beatriz de Matos	32697648-6	
Daniela Vanucci	32091598-0	
Sávio Assis Coelho	41003484-8	
Valdemir J. Pereira Junior	38379611-8	
Wagner Moura	33523841-5	

Anexo B – Declaração de Autenticidade



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Nós, alunos abaixo assinados, regularmente matriculados no curso **Técnico em Administração** na **ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”**, declaramos ser os autores do texto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso com o título **“ONG’S: A CORRENTE DO BEM”**.

Afirmamos, também, ter seguido as normas da ABNT referente às citações textuais que utilizamos, dessa forma, creditando a autoria a seus verdadeiros autores (Lei n.9.610, 19/02/1998).

Através dessa declaração damos ciência da nossa responsabilidade sobre o texto apresentado e assumimos qualquer encargo por eventuais problemas legais, no tocante aos direitos autorais e originalidade do texto.

Araraquara, 23 de setembro de 2016.

Nome	RG	Assinatura
Adriano José dos Santos	46340968-1	
Cilene Beatriz de Matos	32697648-6	
Daniela Vanucci	32091598-0	
Sávio Assis Coelho	41003484-8	
Valdemir J. Pereira Junior	38379611-8	
Wagner Moura	33523841-5	